PANORAMA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Felipe Lisbôa Conegero (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Ieda Parra Barbosa Rinaldi (Orientadora). E-mail: ipbrinaldi@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências da Saúde e Educação Física.

Palavras-chave: Curricularização da Extensão; Formação Profissional; Currículo.

RESUMO

A formação superior brasileira tem passado por transformações que buscam aproximar a universidade das demandas sociais contemporâneas. Nesse contexto, a Resolução CNE/CES nº 07/2018 estabeleceu a inserção da extensão nos currículos de graduação, correspondente a, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos. Este estudo teve como objetivo analisar a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física de Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras, identificando as estratégias adotadas e as diferentes formas de organização da curricularização da extensão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e documental, orientada pela análise de conteúdo. Foram analisados 38 Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), provenientes de 19 IES públicas de todas as regiões do país. Os resultados evidenciaram diferentes formas de organização da extensão: 58% dos PPCs adotaram configuração mista, articulando disciplinas e projetos; 26% a inseriram exclusivamente por meio de disciplinas; e 16% exclusivamente por projetos. Os resultados indicam que as IES vêm construindo diferentes estratégias curriculares para incorporar a extensão à formação profissional.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a formação superior brasileira passou por transformações para atender às demandas sociais. Na Educação Física (EF), as novas Diretrizes Curriculares Nacionais reformularam a estrutura dos cursos ao ampliar as vivências práticas e reduzir as aulas exclusivamente expositivas. Em paralelo, a Resolução CNE/CES nº 07/2018 estabeleceu a obrigatoriedade da curricularização da extensão, destinando no mínimo 10% da carga horária total dos cursos a essas atividades para consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em contextos reais de atuação.

A curricularização da extensão, entretanto, não se resume à incorporação de uma carga horária determinada pela legislação. Sua implementação implica escolhas acerca dos espaços curriculares, componentes e experiências por meio dos quais a extensão passa a integrar a formação. Nessa perspectiva, a construção do currículo envolve seleção de conhecimentos, concepções de formação e relações de poder (Silva, 2009). Assim, diferentes instituições podem traduzir uma mesma determinação normativa em distintas configurações curriculares.

Diante da necessidade de incorporar a extensão à formação em EF e da diversidade de possibilidades para sua organização curricular, torna-se relevante compreender como as universidades brasileiras têm materializado essa dimensão nos cursos de graduação e quais configurações curriculares têm sido construídas nesse processo. Assim, este estudo teve como objetivo geral analisar a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação em EF de Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) brasileiras, identificando as estratégias adotadas e as diferentes formas de organização da curricularização da extensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental (Minayo, 2016). A seleção da amostra contemplou IES brasileiras que atenderam aos seguintes critérios: 1) natureza pública; 2) mínimo de dez anos de funcionamento; 3) oferta de graduação em EF em Licenciatura e Bacharelado; 4) oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área; e 5) disponibilização de PPCs atualizados em relação às Resoluções CNE/CES nº 06 e nº 07/2018. A amostra foi composta por 19 IES, distribuídas em todas as regiões brasileiras, totalizando 38 PPCs (19 de Licenciatura e 19 de Bacharelado). Os dados foram organizados considerando as diferentes estratégias de inserção da extensão no currículo e as ações extensionistas foram classificadas a partir de categorias definidas *a priori*, relacionadas às áreas de conhecimento da Educação Física. A análise dos dados foi orientada pela análise de conteúdo de Bardin (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 38 PPCs evidenciou distintas estratégias de organização curricular para incorporar a extensão às matrizes dos cursos: 58% adotam uma configuração mista, articulando disciplinas e projetos; 26% concentram em disciplinas; e 16% a organizam exclusivamente por meio de projetos. Nesse sentido, a curricularização pode ser compreendida como um processo de reconfiguração curricular, no qual as instituições realizam escolhas por meio dos quais a extensão passa a integrar a formação.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Silva (2009), para quem o currículo não constitui uma organização neutra de conhecimentos, mas um espaço atravessado por escolhas, relações de poder, identidades e concepções de

formação. A determinação de um percentual mínimo de extensão não define a forma de sua materialização no currículo. A diversidade encontrada entre os PPCs revela justamente o processo de tradução da política curricular pelas instituições, que mobilizam diferentes componentes e arranjos para atender à normativa e possibilitar a relação entre universidade e sociedade. Mais do que incorporar uma carga horária adicional, trata-se de criar condições curriculares para que experiências de intervenção social possam compor o percurso formativo (Pires, 2024).

A análise das áreas do conhecimento reforça essa diversidade. As atividades extensionistas identificadas nas disciplinas distribuem-se entre diferentes dimensões da formação em EF: Técnico-Instrumental (23%); Pedagógica (17%); Cultura Corporal (16%); Saúde (13%); Políticas Públicas Esportivas (7%); Biológicas (7%); Adaptada/Inclusiva (6%); Produção do Conhecimento (1%); e Outros (Estágios, Atividades Integradoras, etc), representadas por 10%. Ainda que em frequências distintas, a presença da extensão nas diferentes áreas tem relação com a composição global dos currículos, que nesse estudo não foram verificadas.

Em conjunto, percebe-se que a curricularização da extensão se encontra em processo de consolidação e experimentação nos cursos investigados. A diversidade de configurações indica que as IES vêm construindo diferentes respostas curriculares para uma política recente, enquanto estudos começam a sistematizar experiências e desafios de sua implementação na EF (Pires, 2024; Pereira; Vitorini, 2019).

Nessa direção, a contribuição de Pimenta (2012) permite compreender a formação profissional para além da apropriação de conhecimentos teóricos, considerando a articulação entre saberes, prática e construção da identidade profissional. Assim, a inserção da extensão no currículo pode ampliar espaços de formação e de aproximação com diferentes contextos sociais e profissionais.

Vale destacar ainda, que a presença formal da extensão nos PPCs não permite, isoladamente, inferir a qualidade ou os impactos formativos decorrentes dessa reorganização curricular, uma vez que constitui um movimento relativamente recente e as IES ainda se encontram em processo de implementação, acompanhamento e avaliação de suas experiências. Esse processo ocorre simultaneamente a uma nova reconfiguração da formação em EF, desencadeada pela Resolução CNE/CES nº 4, de 2024, que estabelece a entrada independente nos cursos de Licenciatura e Bacharelado, implicando novas adequações nas estruturas curriculares e nos PPCs.

CONCLUSÕES

Os resultados evidenciaram que a curricularização da extensão vem sendo incorporada aos cursos públicos de EF por meio de diferentes estratégias de organização curricular, com predominância da configuração mista, seguida da inserção exclusivamente por disciplinas e por projetos. A extensão também se

mostrou presente em diferentes áreas de conhecimento da EF, indicando sua incorporação a distintos espaços formativos. Esses resultados não permitem estabelecer a superioridade de um modelo ou de uma área, mas evidenciam o movimento de reorganização curricular realizado pelas IES para atender à normativa e integrar a extensão à formação profissional. Considerando o caráter recente desse processo e a concomitante reformulação dos cursos decorrente das novas diretrizes para a formação em EF, ainda é necessário tempo e acompanhamento para avaliar seus efetivos desdobramentos formativos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Araucária (FA) pelo apoio à realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/19047 Acesso em: 20 ago. 2026.

PIRES, A. F. Cenário da formação inicial em Educação Física no Paraná em tempos de reformulação curricular. 2024. 233 f. **Tese** (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL. Orientadora: Profa. Dra. Ieda Parra Barbosa Rinaldi.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.